



**TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO
TCU/CNMP, DE 21 DE MAIO DE 2018**

Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica
TCU/CNMP, de 21 de maio de 2018.

Cláusula Primeira

Do Objeto

1.1 O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, com sede Rua Procurador Antônio Benedicto Amancio Pereira, nº 121, Bairro Santa Helena – Ed. Promotor Edson Machado – Vitória/ES, CEP 29.055-036, inscrito no CNPJ sob o nº 02.304.470/0001-74, representado neste ato por seu Procurador-Geral de Justiça, **EDER PONTES DA SILVA** vem aderir ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Tribunal de Contas da União (TCU) em 21 de maio de 2018, visando conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública, fortalecer a atuação coordenada de combate à corrupção e contribuir para melhoria da Administração Pública por meio da transferência de tecnologias e conhecimentos, do acesso a sistemas e do compartilhamento de informações constantes de bases de dados a cargo dos partícipes.

Cláusula Segunda

Da Execução e do Acompanhamento

2.1 O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, quando couber, participará da elaboração de Plano de Trabalho e se responsabilizará pelo acompanhamento e fiscalização da execução das ações decorrentes do Acordo de Cooperação Técnica, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

2.2 No prazo de 30 (trinta) dias, contado do início da vigência do presente Termo de Adesão, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO indicará um representante para atuar como interlocutor nas ações decorrentes do Acordo de Cooperação Técnica.



Cláusula Terceira

Dos Recursos Financeiros

3.1 Nenhum repasse ou transferência de recursos financeiros decorrerá do presente Termo de Adesão.

Cláusula Quarta

Da Vigência

4.1 O presente Termo de Adesão vigorará a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, pelo CNMP.

Cláusula Quinta

Da Alteração e da Denúncia

5.1 Este Instrumento poderá ser alterado por consenso, por meio de termo aditivo, ou denunciado por qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, reputando-se extinto trinta dias após o recebimento da comunicação por qualquer dos convenientes, sem que disso resulte ao partícipe denunciado o direito à reclamação ou à indenização pecuniária.

E, por estarem de acordo os partícipes, foi lavrado o presente Termo de Adesão, em três vias de igual teor e forma, assinadas pelos respectivos representantes, destinada uma para cada partícipe.

Brasília, 21 de maio de 2018.


EDER PONTES DA SILVA

Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo


RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Presidente do CNMP


RAIMUNDO CARREIRO
Presidente do TCU